

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 21/2024:	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	2 (duas) vagas
Enquadramento no Prodoc	Atividades: 1.3.3 - Realizar estudo da gestão e operacionalização dos trabalhos da DIGAP para a realização da assistência técnica e financeira dada aos entes subnacionais;

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão de Articulação de Programas e Projetos Educacionais (DIGAP). Dentre essas, destaque-se a meta 7 que trata da qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, e mais especificamente a estratégia 7.5, que diz: *“formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar*

Cabe ressaltar que os atendimentos às redes de Educação Básica acontecem por meio do PAR, com recursos voluntários da União e a operacionalização das ações do PAR acontece por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (SIMEC).

Assim, entende-se pela necessidade de contratação de consultorias especializadas para elaborar estudos diagnósticos com o fim de subsidiar a formulação de sistemáticas e mecanismos operacionais e gerenciais no sentido de aperfeiçoar a operacionalização das ações típicas do PAR, como a gestão de repasse dos recursos orçamentários e financeiros, a execução e o monitoramento das ações do Programa pactuadas com os entes federados, de forma a apoiar o FNDE no monitoramento e avaliação das políticas de educação no contexto do PNE.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3 Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Atividade 1.3.3 Realizar estudo da gestão e operacionalização dos trabalhos da DIGAP para a realização da assistência técnica e financeira dada aos entes subnacionais;

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

Atividades a serem executadas pelo Consultor 1

Atividade 1: Levantar e avaliar as informações relacionadas à integração dos dados orçamentários para acompanhamento do uso dos recursos repassados aos entes federados, considerando a migração das propostas do PAR para a plataforma Transferegov.

Atividade 2: Levantar e avaliar as informações relacionadas às iniciativas de assistência técnica e financeira do PAR, para subsidiar a elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro, bem como relatórios de monitoramento e de execução dos recursos aplicados.

Atividade 3: Aferir a execução orçamentária por meio do gerenciamento das Ações Orçamentárias do PAR, considerando as propostas migradas para a plataforma Transferegov.

Atividade 4: Avaliar a execução orçamentária através das Fontes de Recursos, naturezas de despesas e demais atributos, para atendimento às demandas dos entes federados.

Atividade 5: Realizar análise da execução orçamentária e financeira por meio dos Resultados Primários alocados para executar os objetos abrangidos pelo PAR.

Atividade 6: Levantar dados para subsidiar a revisão e elaboração dos Planos Internos PI para classificação das iniciativas de assistência técnica e financeira do PAR, no escopo das ações orçamentárias definidas, em âmbito nacional.

Atividades a serem executadas pelo Consultor 2

Atividade 1: Levantar e avaliar as informações relacionadas à integração dos dados orçamentários para acompanhamento do uso dos recursos repassados aos entes federados, por meio de emendas parlamentares.

Atividade 2: Levantar e avaliar as informações relacionadas às iniciativas de assistência técnica e financeira do PAR, para subsidiar a elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro, bem como relatórios de monitoramento e de execução dos recursos aplicados por meio de emendas parlamentares.

Atividade 3: Aferir a execução orçamentária de emendas parlamentares por meio do gerenciamento das Ações Orçamentárias do PAR, considerando as propostas migradas para a plataforma Transferegov.

Atividade 4: Avaliar a execução orçamentária de emendas parlamentares através das Fontes de Recursos, naturezas de despesas e demais atributos, para o atendimento das demandas dos entes federados.

Atividade 5: Realizar análise da execução orçamentária e financeira por meio dos Resultados Primários alocados para executar os objetos abrangidos pelo PAR, com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Atividade 6: Levantar dados para subsidiar a revisão e elaboração dos Planos Internos PI para classificação das iniciativas de assistência técnica e financeira do PAR, no escopo das ações orçamentárias destinadas ao atendimento de emendas parlamentares.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

Consultor nº 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
--------------------	--------------------

Documento técnico A contendo estudo acerca da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, no âmbito do PAR, através da ação orçamentária de apoio à implantação de escolas para educação infantil (00SU) e dos atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	45 dias
Documento Técnico B contendo estudo acerca da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, no âmbito do PAR, através da ação orçamentária para aquisição de veículos para o Transporte Escolar da Educação (OE53) e dos atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	100 dias
Documento Técnico C contendo estudo acerca da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, no âmbito do PAR, através da ação orçamentária de apoio ao desenvolvimento da educação básica (0509) e dos atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	155 dias
Documento Técnico D contendo estudo acerca da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, através da ação orçamentária de apoio a entidades de ensino superior não federais (0048) e dos atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	215 dias
Documento Técnico E contendo estudo acerca dos resultados primários (RP) estabelecidos para investimentos no quarto ciclo do PAR (2021, 2022, 2023 e 2024), considerando as ações orçamentárias destinadas ao PAR;	270 dias
Documento Técnico F contendo estudo acerca da situação dos Planos Internos (PI) estabelecidos para investimentos no quarto ciclo do PAR (2021, 2022, 2023 e 2024), considerando as ações orçamentárias destinadas ao PAR;	320 dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor nº 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” – contendo estudo da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, oriundos de emendas parlamentares de Resultado primário 6 - emenda individual, 7 – emenda de bancada e 8 – emenda de comissão da região Norte, considerando os atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	45 dias
Documento Técnico “B” – contendo estudo da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, oriundos de emendas parlamentares de Resultado primário 6 - emenda individual, 7 – emenda de bancada e 8 – emenda de comissão da região Nordeste, considerando os atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	100 dias
Documento Técnico “C” – contendo estudo da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, oriundos de emendas parlamentares de Resultado primário 6 - emenda individual, 7 – emenda de bancada e 8 – emenda de comissão da região Centro-Oeste, considerando os atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	155 dias
Documento Técnico “D” - contendo estudo da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, oriundos de emendas parlamentares de Resultado primário 6 - emenda individual, 7 – emenda de bancada e 8 – emenda de comissão da região Sul, considerando os atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	215 dias

Documento Técnico “E” – contendo estudo da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, oriundos de emendas parlamentares de Resultado primário 6 - emenda individual, 7 – emenda de bancada e 8 – emenda de comissão da região Sudeste, considerando os atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	270 dias
Documento Técnico “F” – contendo estudo da situação da execução dos recursos empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2023, oriundos de emendas parlamentares de Resultado primário 6 - emenda individual, 7 – emenda de bancada, 8 – emenda de comissão e 9 – emenda de relator, em âmbito nacional, considerando os atributos que fazem parte da estrutura do orçamento.	320 dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Aos consultores será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores> e no site <https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;
- Os candidatos deverão encaminhar o currículo nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;
- No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;
- A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;

- f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO” deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Critérios de desempate:

Caso haja empate entre os candidatos após a entrevista, deverão ser considerados para o desempate, os critérios elencados abaixo, na exata ordem a seguir:

1. O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência profissional em atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira, no âmbito da Administração Pública Federal;
2. O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência profissional em uso de sistemas informatizados do Governo Federal relacionados à gestão e acompanhamento de programas, projetos e atividades educacionais.
3. O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na entrevista.

6.4 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;

- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação ou que tiverem contratos vigentes de consultoria (ou em período de interstício para nova contratação¹) com algum organismo internacional não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

7.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas², fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Experiência profissional:** mínima de 05 (cinco) anos em atividades relacionadas à execução

¹ Regras para Interstício, conforme a Portaria MRE nº 8, de 04.01.2017:

- 90 dias para contratação de consultores pela modalidade Produto para um mesmo projeto;
- 45 dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;
- 30 dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

² Áreas de conhecimento da CAPES.

orçamentária e financeira, no âmbito da Administração Pública Federal.

c. Experiência profissional: mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento, execução e monitoramento de programas e projetos educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.

7.2. Desejáveis:

a) Experiência profissional desejável mínima de 3 (três) anos no uso de sistemas informatizados do Governo Federal relacionados à gestão e acompanhamento de programas, projetos e atividades educacionais.

b) Experiência profissional: mínima de 03 (três) anos em atividades relacionadas à produção de relatórios gerenciais.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	Obrigatório - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e/ou Doutorado; [70%] Graduação: 7 pontos	10
2	Experiência do candidato	É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 05 (cinco) anos em atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 25 pontos: 7 ou mais anos de experiência; [85%] 21,25 pontos: 6 anos de experiência; [70%] 17,5 pontos: 5 anos de experiência;	25
		É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento, execução e monitoramento de programas e projetos educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 15 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 12,75 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 10,50 pontos: 3 anos de experiência.	15
		É desejável experiência profissional mínima de 3 (três) anos em acompanhamento de programas e projetos, relacionados às políticas públicas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 15 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 12,75 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 10,50 pontos: 3 anos de experiência.	15
		É desejável experiência profissional mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas à produção de relatórios gerenciais.	[100%] 15 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 12,75 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 10,50 pontos: 3 anos de experiência.	15

3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
TOTAL				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da

inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.